

EXPANSÃO, ACESSO E PERMANÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO DE ALAGOAS: ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS DISCENTES NO CENÁRIO PÓS-REUNI (2020-2024)

EXPANSION, ACCESS, AND RETENTION IN FEDERAL EDUCATIONAL INSTITUTIONS OF ALAGOAS: ANALYSIS OF STUDENT TRAJECTORIES IN THE POST-REUNI CONTEXT (2020-2024)

Shirlen Maria Santos Bezerra¹
Betânia Almeida dos Santos²
Dilma Maria dos Santos Cunha³
Maria Rejane Ferreira⁴
Magno de Souza Holanda⁵

RESUMO: A expansão do ensino superior público federal no Brasil, intensificada a partir dos anos 2000, redefiniu o acesso à universidade, especialmente em regiões historicamente marcadas por desigualdades socioeconômicas, como o estado de Alagoas. Nesse contexto, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) constituiu-se como um marco das políticas de democratização do acesso, ao promover a ampliação de vagas, a interiorização das instituições e a reorganização acadêmica. O presente artigo analisa a dinâmica de acesso, permanência e evasão no ensino superior público federal em Alagoas, no período pós-REUNI (2020-2024), a partir dos dados do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A pesquisa adota abordagem quantitativa, de natureza descritiva, com análise comparativa dos indicadores de trajetória discente da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Os resultados evidenciam que, embora a expansão do acesso esteja consolidada, persistem elevados índices de evasão acumulada e taxas de conclusão estruturalmente insuficientes, revelando fragilidades nas políticas de permanência estudantil. Conclui-se que a efetiva democratização do ensino superior público em Alagoas demanda o fortalecimento de políticas integradas de permanência, capazes de enfrentar as desigualdades socioeconômicas e assegurar trajetórias acadêmicas completas.

1

¹ Mestranda em Ciência da Educação pela Universidad de la Integración de las Américas (UNIDA). Especialista em Gestão e Desenvolvimento Universitário pela Faculdade de Economia e Administração e Contabilidade - FEAC/UFAL em 2009. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em 2003. Atua como Bibliotecária no Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), possui experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Processos de Disseminação da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: ciência da informação, tecnologias da informação, biblioteconomia, acessibilidade e profissional da informação.

² Mestranda em Ciência da Educação pela Universidad de la Integración de las Américas (UNIDA). Especialista em Biblioteconomia pela Faculdade de Jacarepaguá (FIJ/RJ) em 2009. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em 2004. Atua como Bibliotecária na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), possui experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia. Desenvolve atividades de estudos principalmente nas áreas de Bibliometria, Bibliotecas Universitárias e Automação de Bibliotecas, com atuação voltada à gestão, organização e disseminação da informação em ambientes acadêmicos.

³ Mestranda em Ciência da Educação pela Universidad de la Integración de las Américas (UNIDA). Especialista em Biblioteconomia pela Faculdade de Jacarepaguá (FIJ/RJ) em 2009. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em 2005. Atua como Bibliotecária na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), possui experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia. Desenvolve atividades de estudos principalmente nas áreas de Bibliometria, Bibliotecas Universitárias e Automação de Bibliotecas, com atuação voltada à gestão, organização e disseminação da informação em ambientes acadêmicos.

⁴ Mestranda em Ciência da Educação pela Universidad de la Integración de las Américas (UNIDA). Especialista em Biblioteconomia pela Faculdade de Jacarepaguá (FIJ/RJ) em 2009. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em 2005. Atua como Bibliotecária na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), possui experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia. Desenvolve atividades de estudos principalmente nas áreas de Bibliometria, Bibliotecas Universitárias e Automação de Bibliotecas, com atuação voltada à gestão, organização e disseminação da informação em ambientes acadêmicos.

⁵ Doutor em Ciências da Educação pela Universidad de la Integración de las Américas, Paraguai (2023). Atua como professor nos cursos de mestrado em Ciência da Educação pela Universidad de la Integración de las Américas (UNIDA). E professor da Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes, Brasil.

Palavras-chave: Ensino superior. REUNI. Permanência estudantil. Evasão. Alagoas.

ABSTRACT: The expansion of Brazilian federal public higher education, intensified since the 2000s, has redefined university access, particularly in regions historically marked by socioeconomic inequalities, such as the state of Alagoas. In this context, the Program for the Support of Restructuring and Expansion Plans of Federal Universities (REUNI) represented a landmark in access democratization policies by promoting the expansion of vacancies, institutional interiorization, and academic reorganization. This article analyzes the dynamics of access, retention, and dropout in federal public higher education in Alagoas during the post-REUNI period (2020–2024), based on data from the Higher Education Census conducted by the National Institute for Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP). The study adopts a quantitative, descriptive approach, with a comparative analysis of student trajectory indicators from the Federal University of Alagoas (UFAL) and the Federal Institute of Alagoas (IFAL). The findings indicate that, although access expansion is consolidated, high accumulated dropout rates and structurally low graduation rates persist, revealing weaknesses in student retention policies. The study concludes that the effective democratization of public higher education in Alagoas requires the strengthening of integrated retention policies capable of addressing socioeconomic inequalities and ensuring complete academic trajectories.

Keywords: Higher education. REUNI. Student retention. Dropout. Alagoas.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Superior no Brasil, constituiu-se, historicamente, como um espaço restrito, marcado pela seletividade social e pela concentração territorial, funcionando como um mecanismo de reprodução das desigualdades estruturais. Consolidou-se sob um modelo de concentração geográfica e elitismo social, operando como um mecanismo de reprodução de desigualdades de classe.

O acesso às universidades foi, por décadas, um privilégio das elites urbanas. Contudo, somente a partir do início do século XXI, o debate acadêmico e político brasileiro passou a compreender o ensino superior não apenas como um espaço de formação técnica isolada, mas como um vetor estratégico para o desenvolvimento nacional e regional. Nesse sentido, o acesso ao ensino superior, durante grande parte do século XX, esteve condicionado à origem social e à localização geográfica dos indivíduos.

Conforme argumentam Bourdieu e Passeron, a escola e, em especial, a universidade tende a legitimar desigualdades preexistentes ao transformar privilégios sociais em mérito acadêmico, operando de forma simbólica e estrutural (Bourdieu; Passeron, 2014).

Como visto, o ensino superior no Brasil foi concebido para atender a uma minoria socialmente privilegiada, sem compromisso efetivo com a democratização do acesso ou com o desenvolvimento regional. Tal modelo contribuiu para a consolidação de assimetrias profundas entre as regiões do país, especialmente entre o Sudeste e o Nordeste.

A partir do início do século XXI, entretanto, observa-se uma inflexão no debate acadêmico e nas políticas públicas, que passam a reconhecer o ensino superior como instrumento estratégico de inclusão social, desenvolvimento econômico e redução das desigualdades regionais. Sguissardi (2015) analisa que a expansão do ensino superior brasileiro, especialmente a partir dos anos 2000, ampliou significativamente o acesso, mas ocorreu de maneira contraditória, marcada pela tensão entre democratização e massificação mercantil. A expansão da educação superior pública no Brasil assume, nesse período, um caráter político explícito, ao articular democratização do acesso, reestruturação institucional e compromisso social das universidades federais. Conforme estudo realizado por Oliveira (2012) que analisou a concentração histórica das instituições de ensino superior nos grandes centros urbanos contribuiu para a exclusão educacional de populações do interior e para a migração de jovens em busca de formação universitária.

No contexto nordestino, e particularmente no estado de Alagoas, essa discussão adquire contornos ainda mais relevantes. Trata-se de um Estado historicamente marcado por baixos indicadores sociais, forte concentração fundiária e limitada oferta de políticas públicas estruturantes. Até o início dos anos 2000, a cidade de Maceió concentrava praticamente toda a oferta pública de educação superior, o que restringia o acesso das populações do Agreste e do Sertão alagoano. No entanto, conforme observa Sguissardi (2015, p. 867), “A expansão do ensino superior no Brasil nas últimas décadas foi expressiva tanto em termos de oferta quanto em termos de matrícula, superando progressivamente as barreiras que limitavam o acesso à universidade.” Compreende-se que o cenário educacional Alagoano foi impactado por esse processo de expansão.

No caso, a interiorização da universidade pública em Alagoas representa uma tentativa de reparação histórica contra o vácuo de oportunidades em regiões distantes da capital. Alagoas, marcado por latifúndios de poder e baixos indicadores sociais, via em Maceió o único polo de formação intelectual. A ruptura desse monopólio geográfico é, portanto, um ato político-pedagógico.

Nesse cenário, a interiorização da universidade pública configura-se não apenas como uma estratégia administrativa, mas como um projeto político-pedagógico de enfrentamento às desigualdades territoriais. A universidade passa a ser compreendida como agente de transformação social, capaz de produzir conhecimento contextualizado e promover o desenvolvimento regional. Como assinalam Oliveira et al., (2006, p. 16). “A expansão da educação superior no Brasil ocorreu de forma desigual no território nacional, concentrando-se,

historicamente, nas capitais e regiões metropolitanas, o que contribuiu para aprofundar as desigualdades regionais de acesso a esse nível de ensino.” É nesse contexto que se insere o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Instituído pelo Decreto nº 6.096/2007, o REUNI surge como o principal instrumento dessa política. Este Programa não propôs meramente o aumento quantitativo de vagas, mas uma reengenharia na estrutura das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

De fato, o Programa em questão teve como objetivo central ampliar o acesso e a permanência na educação superior pública, por meio da expansão física das universidades, da reorganização acadêmica e do melhor aproveitamento da infraestrutura existente. De acordo com o texto legal, o REUNI buscava “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007).

Lima, Azevedo e Catani (2008, p. 7) traçam um paralelo entre a chamada Universidade Nova no Brasil e o REUNI. Os pesquisadores em tela afirmam que “[...] as recentes transformações na educação superior no Brasil, em que o projeto da chamada ‘Universidade Nova’ e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) constituem-se nas manifestações mais claras do reordenamento desse nível de ensino [...]”. No caso do REUNI, em certa medida, este Programa representou uma inflexão na política de educação superior do Brasil, ao induzir alterações curriculares, expansão multicampi e novas formas de organização acadêmica, especialmente nas regiões historicamente marginalizadas. Enfim, o REUNI não se limitou apenas ao aumento quantitativo de vagas, mas promoveu mudanças significativas na estrutura acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Dessa forma, analisar os impactos do REUNI na Universidade Federal de Alagoas (Ufal) implica compreender não apenas os números da expansão, mas os efeitos sociais, territoriais e educacionais decorrentes dessa política pública. A presente pesquisa insere-se nesse debate, ao buscar examinar de que modo a implementação do REUNI contribuiu para ampliar o acesso ao ensino superior em Alagoas e para redefinir o papel da universidade pública no contexto regional.

Em Alagoas, esse movimento foi encabeçado pela Ufal, enfrentando o desafio de capilarizar o conhecimento em um território com um déficit crônico de oferta pública de ensino no Agreste e no Sertão.

A Ufal desempenhou papel central na implementação do REUNI, assumindo o desafio de expandir suas atividades para além da capital. A criação e consolidação dos campi no interior do estado materializam esse esforço de descentralização e democratização do acesso ao ensino superior público.

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional da Ufal (PDI) de 2019, a Ufal passou a vivenciar um processo de expansão por meio da interiorização. Com a implantação dos *campi* no Agreste e no Sertão, a oferta de cursos foi ampliada promovendo assim, maior articulação com as demandas sociais dessas regiões. De fato, a expansão da Ufal para estas regiões representa uma ruptura com a lógica histórica de concentração do conhecimento, contribuindo para a formação de novos quadros profissionais e para o desenvolvimento local. Diante do exposto questiona-se: Como se configuram as dinâmicas de acesso, permanência e evasão no ensino superior público federal em Alagoas no período pós-REUNI (2020-2024). Portanto, este estudo objetiva analisar a dinâmica de acesso, permanência e evasão no ensino superior público federal em Alagoas, a partir dos dados do Censo da Educação Superior (2020-2024).

Embora o Programa REUNI (2007-2012) não constitua o objeto empírico direto do estudo, ele é adotado como marco histórico-estrutural, orientando a interpretação dos resultados à luz dos processos de expansão e interiorização universitária iniciados naquele período.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A expansão da educação superior no Brasil, intensificada a partir dos anos 2000, tem sido objeto de debates críticos na literatura, sobretudo no que se refere à distinção entre democratização do acesso e processos de massificação do ensino superior. Lima (2011) questiona se a ampliação das vagas representa, de fato, a democratização do sistema ou se configura uma expansão quantitativa que mantém desigualdades estruturais, ao não assegurar condições equitativas de permanência e sucesso acadêmico.

Essa perspectiva é reforçada por Mancebo, Vale e Martins (2014), ao analisarem o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). As autoras reconhecem a ampliação significativa de vagas e cursos, mas apontam contradições relacionadas ao financiamento, à infraestrutura e à assistência estudantil, elementos centrais para a sustentação das trajetórias acadêmicas. De forma semelhante, Oliveira e Catani (2011) argumentam que a expansão do acesso não foi acompanhada por

investimentos estruturais proporcionais, resultando em trajetórias acadêmicas marcadas pela evasão e pela instabilidade.

Instituído em 2007, o REUNI estabeleceu como diretrizes a ampliação do acesso e a melhoria dos indicadores de permanência e conclusão (BRASIL, 2007). Contudo, análises empíricas indicam limites na implementação dessas diretrizes. Souza e Silva Júnior (2019) demonstram que os avanços no acesso não se refletiram, na mesma proporção, em melhorias nos indicadores de conclusão, evidenciando a persistência de elevados níveis de evasão no ensino superior público federal.

No contexto da Universidade Federal de Alagoas, Silva (2015) evidencia que o REUNI promoveu mudanças relevantes na estrutura acadêmica e administrativa, mas destaca que a expansão ocorreu em um cenário de restrições orçamentárias, comprometendo a capacidade institucional de responder às demandas por assistência estudantil e suporte pedagógico. A política de interiorização, analisada por Souza (2014), ampliou o acesso em municípios do interior alagoano, gerando impactos econômicos positivos, mas também revelou desigualdades regionais persistentes que afetam a permanência dos estudantes.

A literatura aponta que a permanência estudantil constitui um dos principais desafios do ensino superior público no período pós-expansão. Santos e Tavares (2016) demonstram que fatores socioeconômicos, culturais e institucionais influenciam decisivamente a continuidade dos estudos, indicando que a assistência estudantil, embora fundamental, é insuficiente quando não articulada a outras políticas institucionais. No caso da Ufal, Alves (2020) revela um perfil discente marcado por vulnerabilidades socioeconômicas, reforçando a necessidade de ações integradas de apoio acadêmico e social.

Essas dinâmicas podem ser compreendidas à luz da perspectiva de Bourdieu e Passeron (1992), para os quais o sistema educacional tende a reproduzir desigualdades sociais ao valorizar capitais culturais desigualmente distribuídos. Nesse sentido, a ampliação do acesso ao ensino superior, quando dissociada de políticas eficazes de permanência, não garante trajetórias acadêmicas bem-sucedidas, contribuindo para a persistência da evasão no contexto do ensino superior público federal.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem quantitativa, de natureza descritiva e comparativa, voltado à análise da dinâmica de acesso, permanência e evasão no ensino superior público federal no estado de Alagoas. A escolha do estudo de caso

justifica-se por permitir uma análise de um contexto institucional e regional específico, possibilitando a compreensão das particularidades associadas à expansão e à interiorização do ensino superior no estado.

A adoção da abordagem quantitativa justifica-se pela natureza dos dados utilizados, constituídos por indicadores numéricos provenientes do Censo da Educação Superior, possibilitando mensurar o comportamento das trajetórias discentes e identificar variações e tendências ao longo do período investigado. O caráter descritivo decorre do propósito de caracterizar a evolução desses indicadores, enquanto a dimensão comparativa permite examinar semelhanças e diferenças entre a Ufal e o Instituto Federal de Alagoas (Ifal).

O recorte empírico concentra-se no ensino superior público federal de Alagoas, considerando a Ufal e o Ifal. A escolha dessas instituições decorre de sua inserção no sistema federal de ensino e de sua atuação na oferta de educação superior no estado, possibilitando analisar as trajetórias discentes em instituições que participaram do processo de ampliação e interiorização da oferta educacional federal em Alagoas. Embora apresentem características institucionais distintas, a análise conjunta permite construir um panorama do comportamento dos indicadores de acesso, permanência, evasão e conclusão no âmbito federal e estadual.

3.1 Delineamento da pesquisa e recorte analítico

O recorte temporal da pesquisa compreendeu o período de 2020 a 2024, correspondente à série de dados disponibilizados pelo Censo da Educação Superior, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e situados no contexto posterior à implementação do REUNI, no qual os efeitos estruturais da expansão do sistema federal de ensino superior podem ser observados a partir de indicadores consolidados de acesso e trajetória discente.

A delimitação desse período permite examinar indicadores recentes das trajetórias discentes em uma configuração Institucional resultante do processo de expansão e interiorização do Ensino Superior Federal iniciado nas décadas anteriores. O recorte institucional concentra-se nas Instituições Federais de Ensino Superior localizadas em Alagoas, com ênfase na análise dos dados referentes ao ensino superior público Federal no Estado.

3.2 Fontes de dados e indicadores

Os dados utilizados são de natureza secundária, provenientes do Censo da Educação Superior, produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

Teixeira (INEP). A escolha do censo do INEP como fonte justifica-se por seu caráter oficial, pela abrangência nacional e pela padronização da coleta e divulgação das informações relativas às instituições, cursos e estudantes da educação superior brasileira, características que favorecem a comparabilidade temporal e institucional dos indicadores examinados. Os dados fornecidos pelo INEP são organizados em painéis estatísticos interativos e bases consolidadas, de modo que facilita sua extração e organização em planilhas excel para posterior tratamento e análise comparativa ao longo do período estudado.

Conforme Freire (2021, p. 96), “Dados secundários são aqueles obtidos a partir da interação de outras pessoas com o fenômeno. Podem ser adquiridos por meio do exame analítico de artigos, livros, relatórios, atas, memorandos, documentos, revistas, jornais, sites e outras fontes.” Nesse sentido, os dados empregados nesta pesquisa caracterizam-se como secundários, uma vez que foram previamente coletados, sistematizados e disponibilizados pelo INEP e, posteriormente, utilizados para a análise dos indicadores de acesso, permanência, evasão e conclusão no ensino superior público federal de Alagoas. Desse modo, foram sistematizados os indicadores relativos a: 1) oferta de vagas; 2) número de ingressantes; 3) matrículas; 4) concluintes; 5) indicadores de trajetória discente. Os indicadores e variáveis de análise foram estruturados em dois eixos principais:

a) Indicadores de acesso e fluxo acadêmico, compreendendo:

- 1) número de vagas ofertadas; 2) número de ingressantes; 3) número de matrículas;
- 4) número de concluintes.

Estes indicadores permitiram examinar a evolução da oferta e do ingresso e confrontá-los com os resultados relacionados à continuidade e à conclusão dos cursos, ou seja, sua relação com a permanência, possibilitando verificar em que medida a ampliação do acesso encontra correspondência nas etapas subsequentes da trajetória acadêmica.

b) Indicadores de trajetória discente, compostos por:

- 1) taxa de desistência anual e acumulada; 2) taxa de permanência; 3) taxa de conclusão acumulada.

Os indicadores de trajetória foram analisados a partir de uma abordagem longitudinal por *coortes* de ingresso, corresponde aos indicadores agregados do ensino superior da Ufal e do Ifal disponibilizados pelo INEP considerando os anos de ingresso entre 2017 e 2020, com os anos de referência de 2020 a 2024. Essa estratégia metodológica possibilitou acompanhar a progressão das trajetórias acadêmicas e observar, ao longo do tempo, a proporção de estudantes que permanecem vinculados, concluem ou interrompem seus cursos.

3.3 Técnicas de análise dos dados

O tratamento dos dados foi realizado por meio de estatística descritiva, utilizando frequências absolutas e relativas, percentuais, variações temporais e comparações entre as categorias analisadas. A escolha da estatística descritiva mostra-se adequada ao objetivo da pesquisa, uma vez que o estudo busca caracterizar e comparar o comportamento dos indicadores educacionais no período investigado, sem pretensão de estabelecer relações causais ou realizar inferências estatísticas para além do universo analisado.

Os resultados foram sistematizados em tabelas e gráficos. A análise dos dados foi realizada considerando os indicadores e o referencial teórico, especialmente as discussões sobre expansão e interiorização do ensino superior, democratização do acesso, permanência estudantil e desigualdades nas trajetórias acadêmicas. Os resultados são, portanto, interpretados no nível agregado das instituições e das trajetórias representadas pelos indicadores do Censo da Educação Superior.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Trajetória discente na ufal: indicadores de desistência e conclusão (2020–2024)

9

A análise da trajetória discente da Ufal e Ifal fundamenta-se nos indicadores de desistência e conclusão, considerados tanto em sua dimensão anual quanto acumulada, conforme metodologia utilizada nos relatórios institucionais e alinhada ao padrão do Censo da Educação Superior do INEP. Esses indicadores permitem observar, de forma longitudinal, a capacidade institucional de garantir não apenas o acesso, mas sobretudo a permanência e a conclusão dos cursos, eixo central das políticas de expansão do ensino superior no âmbito do REUNI.

Tabela 1: Desistência acumulada na Ufal (2020–2024)

Ano de referência	Desistência acumulada (%)
2020	55
2021	63
2022	67
2023	71
2024	72

Fonte: Inep - Censo da Educação Superior (2024)

Os dados evidenciam uma trajetória contínua de crescimento da desistência acumulada na Ufal ao longo do período analisado. Em 2020, mais da metade dos estudantes (55%) já havia interrompido sua trajetória acadêmica; esse percentual alcança 72% em 2024. Trata-se de um aumento de 17 pontos percentuais em cinco anos, indicando forte fragilização da permanência estudantil.

Esse crescimento não ocorre de forma abrupta, mas progressiva, sugerindo que a evasão não é um fenômeno episódico, e sim estrutural, acumulando-se ao longo do tempo de exposição dos estudantes ao sistema universitário.

À luz das políticas de expansão do ensino superior, esse resultado dialoga diretamente com as críticas formuladas à implementação do REUNI. Embora o programa tenha ampliado significativamente o acesso às universidades federais, diversos estudos apontam que a expansão das vagas não foi acompanhada, na mesma proporção, pelo fortalecimento das políticas de permanência estudantil (Brasil, 2007; Alves, 2020).

Nesse sentido, a elevada desistência acumulada observada na Ufal reforça o argumento de que a democratização do acesso, quando dissociada de políticas estruturantes de apoio material, pedagógico e simbólico, tende a produzir trajetórias interrompidas, especialmente entre estudantes de origem popular — fenômeno amplamente discutido por Bourdieu e Passeron (1992).

Tabela 2: Desistência anual na Ufal (2020–2024)

Ano de referência	Desistência anual (%)
2020	7
2021	5
2022	6
2023	5
2024	2

Fonte: Inep - Censo da Educação Superior (2024)

Diferentemente da desistência acumulada, a taxa de desistência anual apresenta tendência de queda, especialmente a partir de 2022, atingindo o menor valor da série em 2024 (2%). Essa aparente contradição entre a queda anual *versus* crescimento acumulado indica que, embora menos estudantes abandonem os cursos a cada novo ano, o estoque histórico de evasões permanece elevado.

Isso pode ser um indicativo de que a redução pontual da evasão anual não é suficiente para reverter o quadro estrutural de abandono acumulado ao longo das *cortes* anteriores.

Esse padrão reforça análises que apontam os limites das ações compensatórias recentes, muitas vezes implementadas de forma tardia ou fragmentada. Desse modo, presume-se, a partir das evidências, que políticas de assistência estudantil tendem a produzir efeitos graduais, incapazes de reverter perdas acumuladas em contextos de crise institucional, como o período pandêmico e o subfinanciamento das IFES (SANTOS; TAVARES, 2016).

Tabela 3: Conclusão anual na Ufal (2020–2024)

Ano de referência	Conclusão anual (%)
2020	1
2021	3
2022	3
2023	6
2024	5

Fonte: Inep - Censo da Educação Superior (2024)

A taxa de conclusão anual permaneceu baixa ao longo de todo o período, com leve crescimento em 2023 (6%), seguido de discreta redução em 2024. Mesmo no melhor desempenho observado, considera-se que o percentual de concluintes se mostra insuficiente para compensar os níveis elevados de desistência acumulada.

Esse dado pode ser interpretado como um descompasso entre ingresso e conclusão, sugerindo que a ampliação do acesso não se traduz automaticamente em êxito acadêmico.

A literatura sobre expansão do ensino superior no Brasil destaca que a permanência e a conclusão dependem de um conjunto articulado de fatores institucionais e extraescolares, incluindo renda, capital cultural, suporte pedagógico e integração acadêmica (Alves, 2020; Bourdieu; Passeron, 1992). A persistência de taxas reduzidas de conclusão na Ufal indica que tais dimensões não foram plenamente equacionadas no contexto pós-REUNI.

Tabela 4: Conclusão acumulada na Ufal (2020–2024)

Ano de referência	Conclusão acumulada (%)
2020	3
2021	5
2022	17
2023	22

2024	26
------	----

Fonte: Inep - Censo da Educação Superior (2024)

A taxa de conclusão acumulada ao longo dos anos (2020-2024) apresenta crescimento gradual, alcançando 26% em 2024. Apesar do avanço, o percentual permanece substancialmente inferior à taxa de desistência acumulada, evidenciando que a maioria das trajetórias acadêmicas não culmina na diplomação.

O conjunto dos indicadores analisados revela um padrão estrutural de fragilidade da trajetória discente na Ufal, marcado por elevada desistência acumulada, baixas taxas de conclusão e limitada capacidade de reversão do abandono histórico. Esses resultados apontam que o REUNI promoveu uma expansão quantitativa do acesso, mas enfrentou severas limitações na consolidação de políticas efetivas de permanência e sucesso acadêmico.

4.2 Trajetória discente no Ifal: indicadores de desistência e conclusão (2020-2024)

A análise da trajetória discente do Ifal considera os indicadores de desistência e conclusão em suas dimensões anual e acumulada, conforme os dados institucionais sistematizados no período de 2020 a 2024. Diferentemente das Universidades Federais, os Institutos Federais possuem uma estrutura multicampi, forte interiorização e oferta predominante de cursos tecnológicos, elementos que impactam diretamente os padrões de permanência e êxito acadêmico.

12

Tabela 5: Desistência acumulada no Ifal (2020-2024)

Ano de referência	Desistência acumulada (%)
2020	46
2021	51
2022	57
2023	63
2024	65

Fonte: Inep - Censo da Educação Superior (2024)

Os dados referentes à taxa de acumulação da desistências ocorridas no Ifal indicam que ocorreu crescimento contínuo no período analisado, passando de 46% em 2020 para 65% em 2024. Embora esse percentual seja inferior ao observado na Ufal, o comportamento da curva é semelhante, revelando um processo progressivo de evasão ao longo do tempo.

A elevação de 19 pontos percentuais (de 46% para 65%) no período analisado evidencia que, mesmo em uma instituição historicamente associada à formação técnica e à interiorização do ensino, a permanência estudantil permanece como um desafio estrutural.

Esses resultados dialogam com a literatura que aponta que a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica ampliou significativamente o acesso ao ensino superior em regiões interiorizadas, mas não eliminou as desigualdades sociais que afetam a permanência dos estudantes (Brasil, 2007; Alves, 2020).

No caso do Ifal, a desistência acumulada reflete tensões entre democratização territorial do acesso e condições objetivas de permanência, especialmente para estudantes que conciliam estudo e trabalho ou enfrentam vulnerabilidades socioeconômicas, aspecto recorrente nos institutos federais.

Tabela 6: Desistência anual no Ifal (2020–2024)

Ano de referência	Desistência anual (%)
2020	7
2021	7
2022	4
2023	4
2024	1

Fonte: Inep - Censo da Educação Superior (2024)

A taxa de desistência anual no Ifal apresenta tendência clara de redução ao longo do período, atingindo apenas 1% em 2024. Esse comportamento sugere maior capacidade institucional de contenção da evasão recente, especialmente quando comparado aos anos iniciais da série.

Entretanto, assim como observado na Ufal, a redução da evasão anual não foi suficiente para reverter o crescimento da desistência acumulada, indicando que o abandono histórico das *coortes* anteriores ainda exerce forte peso sobre o indicador global.

A diminuição da desistência anual pode estar associada ao fortalecimento gradual das políticas de assistência estudantil e à adaptação institucional ao contexto pós-pandemia. Contudo, como apontam estudos sobre políticas educacionais, ações pontuais de permanência tendem a produzir efeitos limitados quando não articuladas a transformações estruturais no financiamento e no suporte pedagógico (Santos; Tavares, 2016).

Tabela 7: Conclusão anual no Ifal (2020–2024)

Ano de referência	Conclusão anual (%)
2020	0
2021	0
2022	1
2023	7
2024	5

Fonte: Inep - Censo da Educação Superior (2024)

A taxa de conclusão anual no Ifal permanece extremamente baixa até 2022, apresentando crescimento significativo apenas em 2023 (7%), seguido de leve retração em 2024 (5%). Esse padrão sugere que a conclusão dos cursos ocorre de forma tardia e concentrada em períodos específicos, possivelmente associada à retomada das atividades presenciais após o ensino remoto emergencial.

Esse comportamento reforça a percepção de que os efeitos prolongados da pandemia sobre a trajetória acadêmica dos estudantes, especialmente em instituições com forte presença de estudantes trabalhadores e de baixa renda, teve efeito direto na finalização dos cursos. Além disso, a conclusão tardia evidencia que o êxito acadêmico depende não apenas do acesso, mas da estabilidade das condições materiais e institucionais ao longo do tempo (Alves, 2020).

14

Tabela 8: Conclusão acumulada no Ifal (2020–2024)

Ano de referência	Conclusão acumulada (%)
2020	3
2021	5
2022	17
2023	22
2024	26

Fonte: Inep - Censo da Educação Superior (2024)

A taxa de conclusão acumulada no Ifal cresce de forma gradual, atingindo 26% em 2024. Embora esse valor represente avanço em relação aos anos iniciais, ele permanece substancialmente inferior à taxa de desistência acumulada, indicando que a maioria das trajetórias acadêmicas não alcança a diplomação.

A análise da trajetória discente no Ifal revela um padrão estrutural semelhante ao observado na Ufal: elevada desistência acumulada, baixas taxas de conclusão e limitação das políticas de permanência em reverter perdas históricas. Ainda que o Ifal apresente taxas ligeiramente mais favoráveis em alguns indicadores, os dados indicam que a expansão territorial do acesso, característica central dos institutos federais, não elimina os desafios associados à permanência e ao sucesso acadêmico.

4.3 Panorama integrado da evasão, permanência e conclusão no ensino superior público federal em alagoas (2020–2024)

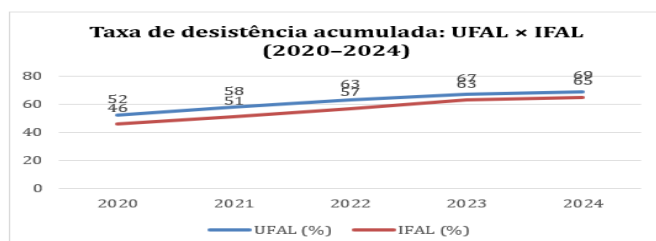
Esta seção consolida os resultados apresentados nas análises individuais das Instituições (UFAL e IFAL), por meio da integração dos indicadores, permitindo a construção de um panorama da evasão, permanência e conclusão no ensino superior público federal em Alagoas. Diferentemente das seções anteriores, o foco aqui não é a instituição isolada, mas o comportamento conjunto do sistema federal estadual, conforme recomendado em estudos de política educacional.

4.3.1 Taxa de desistência acumulada (%) nas instituições federais de alagoas: ufal *versus* ifal (2020–2024)

15

O gráfico 1 evidencia que as duas principais instituições federais de ensino superior em Alagoas apresentam trajetórias convergentes de crescimento da desistência acumulada ao longo do período analisado. Embora a Ufal registre percentuais sistematicamente superiores aos do Ifal, a diferença entre as instituições se mantém relativamente estável, oscilando entre 4 e 6 pontos percentuais.

Gráfico 1: Desistência acumulada (%) Ufal e Ifal



Fonte: Inep - Censo da Educação Superior (2024)

Esse comportamento indica que a evasão não constitui um fenômeno pontual ou institucionalmente isolado, mas um padrão estrutural do sistema federal de ensino superior no

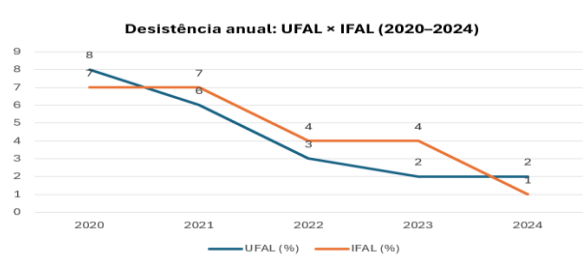
estado. Em 2024, aproximadamente dois terços dos estudantes que ingressaram nessas instituições não haviam concluído seus cursos, configurando um estoque elevado de trajetórias interrompidas.

Esse resultado reforça a interpretação de que a expansão do acesso, intensificada no contexto do REUNI, ampliou o ingresso, mas não assegurou, na mesma proporção, condições efetivas de permanência, corroborando análises críticas sobre os limites da democratização do ensino superior baseada prioritariamente na ampliação de vagas.

4.3.2 Taxa de desistência anual: Ufal × Ifal (2020–2024)

Os dados do gráfico 2 revelam redução consistente da desistência anual em ambas as instituições ao longo do período, com maior intensidade a partir de 2022. Em 2024, a evasão anual atinge níveis mínimos, especialmente no Ifal (1%).

Gráfico 2: Desistência anual (%) nas instituições federais de Alagoas



Fonte: Inep - Censo da Educação Superior (2024)

Entretanto, quando esses resultados são analisados em conjunto com a desistência acumulada (Tabela 9), observa-se um descompasso estrutural: a diminuição do abandono recente não se traduz na redução do estoque histórico de evasão. Isso indica que as políticas implementadas nos últimos anos atuam predominantemente sobre o fluxo anual, mas não possuem capacidade de recompor trajetórias acadêmicas interrompidas anteriormente.

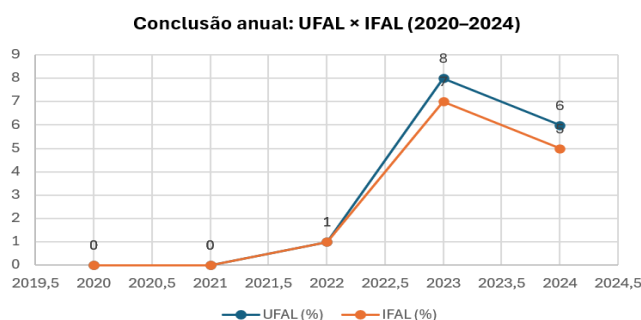
Esse padrão reforça a leitura de que as ações de permanência têm caráter majoritariamente mitigador e conjuntural, não sendo suficientes para alterar a estrutura de exclusão ao longo da trajetória acadêmica.

4.3.3 Taxa de conclusão anual: Ufal × Ifal (2020–2024)

O gráfico 3 demonstra que a conclusão anual apresenta crescimento significativo apenas a partir de 2023, tanto na Ufal quanto no Ifal. Esse comportamento coincide com a normalização

do calendário acadêmico após o período de ensino remoto emergencial, sugerindo que a pandemia teve impacto direto no atraso das trajetórias de conclusão.

Gráfico 3: Conclusão anual (%) nas instituições federais de Alagoas



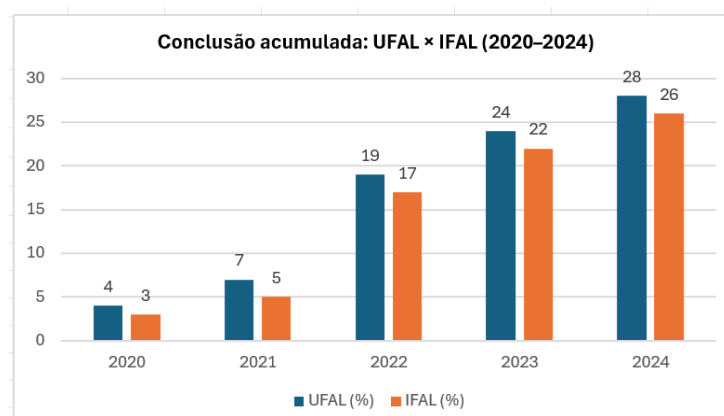
Fonte: Inep - Censo da Educação Superior (2024)

Apesar do avanço recente, os percentuais permanecem relativamente baixos, indicando que a conclusão anual ainda não alcança um patamar capaz de compensar os elevados níveis de evasão acumulada. Assim, a diplomação segue como um evento concentrado e tardio, não como resultado regular e contínuo do sistema.

4.3.4 Taxa de conclusão acumulada: ufal x ifal (2020–2024)

Os dados consolidados da Tabela 12 indicam crescimento gradual da taxa de conclusão acumulada nas duas instituições, com vantagem marginal da Ufal. Em 2024, cerca de um quarto dos estudantes havia concluído seus cursos, percentual significativamente inferior às taxas de desistência acumulada observadas no mesmo período.

Gráfico 4: Taxa de conclusão acumulada nas Instituições Federais de Alagoas



Fonte: Inep - Censo da Educação Superior (2024)

Esse desequilíbrio estrutural evidencia que o sistema federal de ensino superior em Alagoas opera sob uma lógica de exclusão ao longo da trajetória, na qual o acesso é ampliado, mas a conclusão permanece restrita a uma parcela minoritária dos ingressantes. Tal padrão reforça a interpretação de que a democratização do ensino superior permanece incompleta, uma vez que o êxito acadêmico não se distribui de forma equitativa.

4.3.5 Panorama de evasão e permanência no ensino superior de alagoas

A integração dos indicadores da Ufal e do Ifal permite afirmar que, no período de 2020 a 2024, o ensino superior público federal em Alagoas apresenta:

- expansão consolidada do acesso;
- crescimento contínuo da evasão acumulada;
- redução recente da evasão anual, com impacto limitado;
- conclusão crescente, porém estruturalmente insuficiente;
- permanência estudantil como principal gargalo sistêmico.

Dessa forma, os dados empíricos sustentam a leitura de que as políticas de expansão, embora exitosas na ampliação do ingresso, não lograram consolidar trajetórias acadêmicas completas. A permanência emerge, assim, como eixo central para a efetiva democratização do ensino superior público no estado.

18

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo analisou a dinâmica de acesso, permanência e evasão no ensino superior público federal em Alagoas no período pós-REUNI (2020–2024), a partir dos dados do Censo da Educação Superior, com foco na Ufal e no Ifal. Buscou-se compreender como se configuram as trajetórias discentes no contexto de expansão do ensino superior, considerando os avanços no acesso e os limites das políticas de permanência.

Os resultados indicam que a expansão do acesso encontra-se consolidada no estado, refletindo os efeitos das políticas de interiorização e ampliação de vagas promovidas pelo REUNI. Entretanto, essa expansão não se converteu, na mesma proporção, em trajetórias acadêmicas completas. As análises revelam a persistência de elevadas taxas de evasão acumulada, que atingem cerca de dois terços dos ingressantes até 2024, evidenciando fragilidades estruturais na sustentação da permanência estudantil.

A comparação entre Ufal e Ifal demonstra padrões convergentes, apesar das diferenças institucionais. Observa-se redução recente da evasão anual, especialmente após 2022, possivelmente associada a ajustes institucionais no contexto pós-pandêmico. Todavia, essa tendência não foi suficiente para conter o crescimento da evasão acumulada, indicando um descompasso entre ações conjunturais e desafios estruturais de longo prazo.

No que se refere à conclusão dos cursos, verificou-se crescimento gradual das taxas acumuladas, ainda em patamares significativamente inferiores às taxas de desistência. Esse desequilíbrio reforça a compreensão de que a democratização do ensino superior não se limita ao ingresso, mas depende da efetiva garantia de permanência e sucesso acadêmico.

Conclui-se que a permanência estudantil constitui o principal desafio das políticas de expansão do ensino superior público federal em Alagoas. A consolidação da democratização exige o fortalecimento de políticas integradas de assistência estudantil, acompanhamento pedagógico e financiamento adequado, capazes de enfrentar as desigualdades socioeconômicas que condicionam as trajetórias acadêmicas nas instituições federais.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Universidade Federal de Alagoas. Relatório de Gestão Institucional: Consolidação do REUNI na Ufal. Maceió: EdUfal, 2012.

ALVES, Elder Patrick Maia. Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes da Ufal. Maceió: EdUfal, 2020. Disponível em: https://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2024/02/R@U_15-1_10.pdf. Acesso em: 12 jan. 2026.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1992. Disponível em: <https://www.kufunda.net/publicdocs/Bourdieu%20e%20Passeron%20copy.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2026.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Diário Oficial da União, Brasília, 25 abr. 2007.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em:

<https://flacso.org.br/files/2016/10/Reuni-e-expans%C3%A3o-do-ES-gov-lula.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Inep divulga resultado do Censo da Educação Superior 2024. Brasília, DF, 22 set. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-da-educacao-superior/inep-divulga-resultado-do-censo-superior-2024>. Acesso em: 20 jan. 2026.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. Educação superior no Brasil: reestruturação e expansão. Campinas: Autores Associados, 2010.

CAVALCANTE, B. S. A permanência como desafio: análise do Programa de Assistência Estudantil nos campi do interior de Alagoas. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

DURHAM, Eunice Ribeiro. O ensino superior no Brasil: público e privado. São Paulo: NUPES/USP, 2003. (Documento de Trabalho, n. 3/03).

FREIRE, Estevão. Conceituação de Tipos e Metodologias de Pesquisa. In: SILVA, Glória Maria Marinho; QUINTELLA, Cristina M. (org.). Metodologia da pesquisa científico-tecnológica e inovação. Salvador: IFBA, 2021. p. 73-115.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2012: notas estatísticas. Brasília: Ministério da Educação, 2013.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? Educação & Sociedade, Campinas, v. 32, n. 115, p. 523-540, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mXnvfHV57q5gHBRkDSLrGXr/>. Acesso em: 21 jan. 2026.

LIMA, Licínio C.; AZEVEDO, Mário L. N.; CATANI, Afrânio Mendes. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a universidade nova. Avaliação, Campinas, v. 13, n. 1, p. 7-36, 2008.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araujo do; MARTINS, Tânia Barbosa. Educação superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do REUNI: avanços e controvérsias. Educação em Revista, Marília, v. 15, n. 2, p. 63-88, 2014. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/4584/4345>. Acesso em: 25 jan. 2026.

OLIVEIRA, João Ferreira de. Políticas de expansão da educação superior no Brasil. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

OLIVEIRA, João Ferreira de; CATANI, Afrânio Mendes. As políticas de expansão da educação superior no Brasil e a produção do conhecimento. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 25., 2011, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPAE, 2011. Disponível em: <https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0008.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2026.

PAULA, M. F. C. A política de expansão da educação superior no Brasil: o REUNI e a expansão de vagas. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 11–34, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Gisele Cristina; TAVARES, Maria das Graças Medeiros. Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 32, n. 4, p. 247–270, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/LXtF95VpbYyzkJTJtkxLrsw/>. Acesso em: 09 jan. 2026.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867–889, 2015.

SILVA, J. P. O impacto das ações afirmativas e da interiorização no perfil do estudante da Ufal (2007–2017). Maceió: EdUfal, 2018.

SILVA, Maria do Socorro da. Interiorização da educação superior e desenvolvimento regional. Maceió: EDUfal, 2016.

SILVA, Ricardo Jorge da. A gestão de resultados na universidade brasileira: o programa REUNI na Ufal. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/15924>. Acesso em: 15 jan. 2026.

21

SOUZA, Célia Maria Haas de; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. O programa REUNI e o desempenho das IFES brasileiras. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 103, p. 447–470, 2019. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/1869>. Acesso em: 17 jan. 2026.

SOUZA, Lúcia Helena Silva de. A interiorização da Universidade Federal de Alagoas e seus impactos econômicos: uma análise de Arapiraca e Delmiro Gouveia. 2014. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014. Disponível em: <https://www.repositorio.Ufal.br/bitstream/123456789/17082/1/A%20interioriza%C3%A7%C3%A3o%20da%20Universidade%20Federal%20de%20Alagoas%20e%20seus%20impactos%20econ%C3%B4micos%20ou%20uma%20an%C3%A1lise%20de%20Arapiraca%20e%20Delmiro%20Gouveia.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2026.

UFAL. Universidade Federal de Alagoas. Plano de Reestruturação e Expansão da Ufal (REUNI). Maceió: Pró-Reitoria de Graduação, 2007.

UFAL. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019–2023. Maceió: Ufal, 2019. Disponível em: Apresentação - PDI - Planejamento Participativo — PDI 2019 - 2023. Acesso em: 24 jan. 2026.